



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

1

PROTAGONISMO FEMININO NA EDUCAÇÃO E CUIDADO FRENTE À EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Amasa Ferreira Carvalho¹; Ana Maria Heuminski de Avila²; Sônia Regina da Cal Seixas³;

¹Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), amasafc@unicamp.br

² Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), amhavila@unicamp.br

³ Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), srcal@unicamp.br

GT 05: Aspectos críticos, oportunidades e desafios para o enfrentamento da crise climática

RESUMO

Este trabalho discute aspectos críticos da adaptação climática a partir do protagonismo de mulheres educadoras em territórios marcados por vulnerabilidade socioambiental nos municípios de Atibaia e Caraguatatuba (SP). Por meio de entrevistas com 102 profissionais da educação, evidenciam-se respostas comunitárias baseadas no cuidado, redes de proteção e práticas pedagógicas frente aos eventos extremos. Os resultados apontam para o descompasso entre os saberes locais e as políticas institucionais, revelando lacunas na integração das vozes femininas na formulação de estratégias públicas. A pesquisa contribui para o debate sobre justiça climática ao destacar como essas lideranças invisibilizadas atuam na linha de frente da resiliência territorial, indicando caminhos para políticas de adaptação baseadas na interseccionalidade, no cuidado e na valorização de experiências locais.

Palavras-chave: Vulnerabilidade; Respostas comunitárias; Práticas pedagógicas.

Destaques (highlights)

- Protagonismo feminino na resposta comunitária a eventos climáticos extremos
- Redes de cuidado e resiliência formadas por educadoras em áreas de risco
- Lacunas entre saberes locais e políticas públicas de adaptação climática
- Educação como ferramenta estratégica para justiça climática

¹ Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelos apoios financeiros concedidos por meio dos Processos nº 2020/16085-9 e nº 2023/03674-4 (BEPE), que viabilizaram o desenvolvimento desta pesquisa.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

2

INTRODUÇÃO

Os impactos devastadores das mudanças ambientais, especialmente as climáticas, têm intensificado eventos extremos como enchentes, secas, tempestades e ondas de calor (Ngu et al., 2023). Entre 1998 e 2018, esses eventos foram responsáveis por 43,5% das mortes e 74,5% dos prejuízos econômicos globais (Debele et al., 2019). No Sul Global, onde as economias são fortemente dependentes de recursos naturais, esses efeitos agravam a pobreza e geram danos sociais e ecológicos irreversíveis. Diante disso, a adaptação às mudanças climáticas e a redução da vulnerabilidade tornaram-se questões públicas centrais, especialmente quando associadas à capacidade adaptativa (Ngu et al., 2023).

Apesar de avanços nos compromissos internacionais, persistem desigualdades estruturais que colocam as mulheres em posição de maior vulnerabilidade, reforçadas pelo patriarcado, pela violência e pelo acesso desigual a recursos e oportunidades (Federici, 2021). Em situações de desastre, essas desigualdades se ampliam. Casos emblemáticos, como o ciclone de 1991 em Bangladesh, onde o número de mortes de mulheres foi cinco vezes maior que o de homens, evidenciam os efeitos do acesso desigual a informação, espaços de tomada de decisão, mobilidade e proteção (Udo; Naidu, 2023).

Nesse contexto, é urgente compreender que os desastres não são fenômenos naturais, mas expressões da ausência de planos eficazes de adaptação climática, da negligência institucional e da não inclusão dos saberes locais na formulação de políticas públicas (Galbiati, 2023). Justiça climática e racismo ambiental são conceitos centrais para essa análise. O primeiro, busca distribuir de forma equitativa os riscos e benefícios das ações climáticas; o segundo, denuncia a concentração dos impactos em comunidades racializadas e periféricas (Louback; Lima, 2022). A essas dimensões soma-se a perspectiva de gênero como categoria analítica que estrutura desigualdades e poderes sociais em diversos níveis (Scott, 1995).

Com base em entrevistas com 102 mulheres educadoras atuantes em áreas de risco de enchentes e deslizamentos, este trabalho buscou analisar o protagonismo dessas mulheres na construção de estratégias de enfrentamento e cuidado. Trata-se de compreender como suas práticas e saberes contribuem para formas alternativas de adaptação climática e de resiliência coletiva, em contraponto à ausência de políticas públicas. A partir disso, pergunta-se: o protagonismo feminino nos territórios de risco pode revelar lacunas e possibilidades para estratégias de

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

3

adaptação climática promovidas pelo Estado?

METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de caráter descritivo, com base na realização de entrevistas com 102 mulheres educadoras atuantes em contextos de risco climático. A investigação foi estruturada em três etapas principais: (i) reconhecimento do campo e articulação institucional; (ii) coleta e organização dos dados; e (iii) análise dos resultados.

O campo empírico compreende os municípios de Atibaia e Caraguatatuba, ambos localizados no estado de São Paulo. A escolha desses municípios se insere em um longo percurso de investigação liderado pela Profa. Dra. Sônia Seixas, cujo Projeto Regular FAPESP (nº 19/08044-3) sobre ODS e violência de gênero contribuiu para a consolidação da tese de doutorado da primeira autora, da qual este trabalho apresenta um de seus recortes analíticos.

Adicionalmente, tanto Atibaia quanto Caraguatatuba são locais históricos de eventos climáticos extremos, como as enchentes de 2009 e 2010 e a Catástrofe de 1967, respectivamente. Ambos fazem parte do Programa Município VerdeAzul (PMVA) e da Rede EODS Brasil, iniciativas voltadas a ações sustentáveis locais que visam impactos globais. A análise de vulnerabilidade social e ambiental dos dois municípios foi feita com base nos trabalhos de Iwama et al., (2016) e Gonçalves et al., (2015). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp².

Foram realizadas visitas às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, com o objetivo de compreender como o tema das mudanças climáticas é tratado no âmbito educacional, identificar as escolas situadas em áreas de risco, mapear ações educativas voltadas à emergência climática e entender as principais preocupações das gestoras e supervisoras. A partir desse levantamento, selecionaram-se três escolas estaduais em Atibaia (bairros da Usina e Caetetuba) e quatro escolas municipais em Caraguatatuba (bairros Morro do Algodão, Barranco Alto e Rio do Ouro), este último indicado por ter sido o epicentro da catástrofe de 1967. Contou-se ainda com a colaboração de equipes de psicologia e assistência social vinculadas à rede de ensino.

² CAAE: 46645121.7.0000.8142; Parecer nº 5.730.799, de 22/06/2021

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

4

A amostragem foi do tipo não probabilística por conveniência, considerando critérios como: vínculo direto com a educação pública; consentimento assinado para participação; e disponibilidade para entrevista nas escolas. As entrevistas, realizadas entre fevereiro e abril de 2022, tiveram duração média de 30 minutos, foram gravadas mediante autorização das participantes e transcritas integralmente.

O roteiro de entrevista foi estruturado com perguntas, abordando três eixos: (i) conhecimentos sobre eventos climáticos extremos; (ii) práticas pedagógicas frente à crise climática; e (iii) propostas e estratégias locais de enfrentamento. A análise de conteúdo (Bardin, 2016) foi conduzida com auxílio do software NVivo 10, a partir da codificação temática das falas. As ideias mais recorrentes foram organizadas em categorias como “ocupação irregular e vulnerabilidade socioeconômica” e “trabalho do cuidado e injustiça climática”.

No total, foram entrevistadas 113 mulheres educadoras, das quais 102 compuseram o grupo final de análise por atuarem diretamente no processo pedagógico. A idade média foi de 41 anos, com tempo médio de experiência de 17,5 anos. Quanto ao perfil racial, 71% se autodeclararam brancas, 28% negras e pardas e 1% amarela. O principal meio de transporte utilizado por elas foi o ônibus (87%). As disciplinas mais frequentes entre as entrevistadas incluíram Português (14%), Matemática (12,5%), Geografia (10,9%), História (9,4%) e Biologia (9,4%).

RESULTADO E DISCUSSÃO

Cuidado e resposta comunitária frente aos eventos extremos

Este eixo evidencia o protagonismo das mulheres educadoras na linha de frente das respostas comunitárias frente aos eventos climáticos extremos. Apesar de constituírem a maioria do corpo docente nas escolas brasileiras, sobretudo nas séries iniciais, e assumirem centralmente funções de cuidado no âmbito doméstico e social, as mulheres continuam sub-representadas nos espaços de decisão e formulação de políticas. Suas práticas de cuidado, tanto na escola quanto na família, são tradicionalmente associadas à esfera reprodutiva e, por isso, historicamente desvalorizadas social, política e simbolicamente (Federici, 2021).

No contexto da emergência climática, tais práticas assumem novos significados. As educadoras entrevistadas relataram que, diante das chuvas intensas, deslizamentos e enchentes, são elas as primeiras a mobilizar ações de proteção aos alunos, familiares e vizinhos. Essa atuação

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





cotidiana reflete um compromisso com a preservação da vida e do território. O cuidado, nesse sentido, torna-se uma resposta ativa e situada às desigualdades estruturais agravadas pelos eventos extremos.

A literatura ecofeminista contribui para interpretar esses relatos, ao destacar que a divisão sexual do trabalho impõe às mulheres, sobretudo às mais pobres, a responsabilidade pelo cuidado da vida em condições de vulnerabilidade (Svampa, 2021). O capitalismo, ao desvalorizar esse trabalho essencial, aprofunda a chamada "dívida do cuidado", conceito que denuncia o esvaziamento político e ecológico das tarefas tradicionalmente femininas (Lima, 2016). Assim, o cuidado prestado por essas mulheres se inscreve como prática de resistência e como resposta concreta aos riscos climáticos que atravessam seus cotidianos.

As educadoras revelaram preocupações com a infraestrutura escolar, os deslocamentos diários e as condições dos estudantes em dias de eventos extremos. Expressaram, ainda, como a divisão de tarefas em suas famílias reproduz desigualdades de gênero diante das emergências. As falas abaixo ilustram essas percepções:

“Ah! São as mulheres! Eu lembro da minha avó, minha mãe, minhas tias. Água de enchente em casa é a gente que tinha que limpar. Os homens iam tirar os carros, moto, levar para um lugar seguro, e a gente tinha que limpar sozinhas naquela água podre.” (Entrevistada 37, Atibaia)

“As crianças adoecem com a água da chuva. Tenho minha mãe que é idosa e mora com a gente. Então, tenho que cuidar de todo mundo, fazer comida, só sobra pra gente que é mulher.” (Entrevistada 96, Caraguatatuba)

Tais testemunhos revelam como o trabalho do cuidado, associado a funções socialmente impostas às mulheres, se intensifica em cenários de crise. Na ausência de políticas públicas eficazes, são essas mulheres que sustentam, com seus corpos e saberes, os vínculos sociais e os processos de sobrevivência coletiva. Mais do que uma resposta espontânea, o cuidado se configura como prática política situada, fundamental para pensar estratégias comunitárias de adaptação e resiliência diante das mudanças climáticas.

Resiliência e formação de redes femininas de apoio

A resiliência pode ser compreendida como a capacidade de indivíduos e comunidades utilizarem seus próprios recursos para enfrentar e se adaptar a perturbações súbitas, absorvendo



6

seus impactos e, idealmente, retomando suas condições anteriores de vida (Udo; Naidu, 2023). No contexto educacional, a emergência climática representa uma ameaça estrutural e uma oportunidade de fomentar respostas comunitárias inovadoras, a partir do embasamento da pedagogia freireana ao contribuir para a formação crítica e à redução das desigualdades sociais. As escolas desempenham, assim, papel central na promoção da resiliência territorial. Para além de espaços de ensino, tornaram-se, segundo relataram as entrevistadas, locais de abrigo e articulação comunitária em momentos de crise (Hooks, 2017). As falas das educadoras indicam a ausência de uma cultura de prevenção sistêmica e a carência de políticas de conscientização ambiental articuladas com o cotidiano escolar. Ainda assim, surgem, a partir da ação dessas mulheres, projetos pedagógicos voltados ao fortalecimento da resiliência comunitária.

É o caso das eletivas propostas no âmbito do Projeto INOVA, o qual responde às inovações curriculares da BNCC e permite inserções mais flexíveis da realidade local no ensino. As professoras relataram a implementação de projetos como “Sustentabilidade Social” e “Resiliência nas Enchentes”, nos quais os estudantes foram incentivados a propor soluções concretas para os desafios climáticos enfrentados em suas comunidades:

“ Fizemos uma Eletiva com o projeto ‘Sustentabilidade Social’. Trabalhamos com os alunos soluções que eles trouxessem para mudar a comunidade deles. Falaram de plantio de árvores nas favelas, da criação de um perfil no Instagram para falar sobre as chuvas, de uma rádio na escola como sistema de alerta para avisar aos alunos dos riscos de enchentes.” (Entrevistada 47, Atibaia)

“Escrevemos o projeto ‘Resiliência nas Enchentes’. Teve um grupo de alunos que bolou a ideia de um aplicativo que indicava o nível do rio para que todos pudessem acompanhar e decidir se voltavam pra casa ou ficavam na escola esperando a chuva passar.” (Entrevistada 19, Atibaia)

Tais experiências revelam a articulação entre educação ambiental crítica e comunicação de riscos climáticos. Nessa perspectiva, a comunicação da emergência climática deve ser compreendida como prática urgente.

As redes de apoio formadas por essas mulheres são também estratégias centrais de enfrentamento frente à vulnerabilidade imposta pela responsabilização desigual do cuidado e à insuficiência de informações institucionais durante os desastres. Tal protagonismo foi igualmente registrado por Couto (2023), ao documentar a atuação de mulheres sobreviventes da tragédia da Região Serrana (RJ), cuja resiliência foi potencializada pelo nível educacional, cooperação entre pares e rápida articulação comunitária.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

7

Essas redes de apoio expressam o que Lima (2016) nomeia como redistribuição do cuidado: uma reorganização social baseada na partilha das responsabilidades, especialmente em tempos de crise. Em situações de emergência, muitas vezes são as mulheres que, por meio de seus conhecimentos territoriais e educacionais, coordenam ações de proteção e elaboram evacuações, salvando vidas, embora esse trabalho siga invisibilizado pelas estruturas institucionais.

“Essas decisões no município tinham que ter a nossa participação. A gente tem muito a contribuir. Quando a chuva começa a gente sabe pra onde correr” (Entrevistada 83, Caraguatatuba)

Valorizar essas experiências é condição para pensar políticas públicas comprometidas com a justiça climática e a transformação social.

Descompasso entre saberes locais e políticas institucionais

Um dos pontos destacados pelas entrevistadas refere-se à urgência do tempo no enfrentamento da emergência climática, em especial no que se refere ao descompasso entre a rapidez com que os riscos se agravam e a morosidade na formulação e implementação de políticas públicas municipais. Essa lacuna entre os alertas científicos e a ação governamental local afeta diretamente a vida das educadoras, que relataram os impactos das ondas de calor nas salas de aula, prejudicando a saúde, a atenção e o aprendizado dos estudantes. A sensação de urgência e impotência, muitas vezes agravada pela ausência de infraestrutura básica nas escolas, reforça o sentimento de abandono vivenciado por essas comunidades.

Mesmo em cenários climáticos considerados moderados, os efeitos já são evidentes, e a demora na adoção de estratégias de mitigação e adaptação apenas intensifica as desigualdades territoriais. Diante disso, as educadoras demonstram profundo conhecimento das dinâmicas locais, especialmente no que diz respeito aos riscos e vulnerabilidades enfrentados por seus alunos e suas famílias. Seus saberes sobre o cotidiano escolar, as rotas de deslocamento, os bairros mais expostos e as fragilidades socioeconômicas tornam-se elementos cruciais para a construção de políticas de adaptação baseadas em realidades locais.

As narrativas das entrevistadas revelam que as comunidades escolares não apenas são impactadas pelos eventos extremos, mas também produzem conhecimento territorial e

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

8

estratégias de Redução de Riscos de Desastres (RRD). Esse reconhecimento aponta a urgência de incluir saberes locais nos processos de governança climática, especialmente por meio da educação. No entanto, segundo relataram, a formação inicial e continuada de docentes não contempla temas como mudanças climáticas, racismo ambiental ou desigualdades de gênero. A ausência desses conteúdos nas redes de ensino, segundo elas, reflete a baixa prioridade atribuída pela gestão municipal à Educação para Redução de Riscos de Desastres (ERRD).

Esse cenário é preocupante, uma vez que a formação cidadã crítica e humanista dos estudantes depende da compreensão integrada entre justiça social e justiça ambiental. Atualizar o material didático e incorporar descobertas científicas recentes, bem como metodologias de ensino não tradicionais, são passos fundamentais para tornar a educação um agente de transformação social frente à crise climática (Matsuo, 2023). Para isso, é necessário garantir que os professores desenvolvam capacidades práticas de comunicação sobre a emergência climática e de elaboração de projetos pedagógicos contextualizados e participativos.

Apesar da existência de instrumentos legais, como a Política Nacional sobre Mudança do Clima (2009), o Plano Nacional de Adaptação (2016) e a ratificação do Acordo de Paris, houve um processo de desmonte e paralisia das políticas climáticas em anos recentes. Essa fragilidade institucional compromete a capacidade de resposta dos municípios e expõe os grupos historicamente marginalizados a novos riscos. Como apontado por (Davis, 2016), é fundamental considerar os atravessamentos entre gênero, raça e classe para compreender a vulnerabilidade e para desenhar respostas equitativas.

No Brasil, mais de 80% da população vive em áreas urbanas, o que acentua a urgência de integrar as dimensões sociais às políticas de adaptação urbana. Ainda que exista uma crescente sensibilização de governos locais frente à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como o ODS 4 (educação de qualidade), ODS 5 (igualdade de gênero) e ODS 13 (ação contra a mudança global do clima), essa sensibilização raramente se traduz em políticas efetivamente implementadas nos municípios. As educadoras entrevistadas enfatizaram a importância de políticas públicas que promovam a articulação entre os saberes locais e os planos de ação climática, bem como de materiais pedagógicos adaptados às realidades dos territórios. A ausência de Planos Locais de Adaptação Climática nos municípios estudados e de medidas preventivas implementadas pelos Planos Diretores acentua desigualdades interseccionais,

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

9

tornando as populações mais expostas ainda mais vulneráveis. A construção de políticas públicas verdadeiramente inclusivas exige que se reconheça e valorize a diversidade de experiências e saberes que emergem das comunidades locais, com especial atenção às mulheres que, como educadoras e cuidadoras, já desempenham papéis fundamentais na resiliência de seus territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres educadoras entrevistadas demonstraram um protagonismo decisivo na resposta de adaptação, articulando cuidados, ações comunitárias e projetos educativos em áreas de risco climático. Apesar de invisibilizadas pelas estruturas institucionais, essas lideranças territoriais carregam saberes potentes e experiências valiosas para a construção de políticas públicas de adaptação. Diante disso, é urgente que suas vozes e práticas sejam incorporadas aos processos de planejamento e tomada de decisão, rompendo com a lógica hierárquica e excludente da governança tradicional e que haja um reconhecimento de que suas ações estão de acordo com as agendas internacionais, como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Políticas públicas baseadas no cuidado, na interseccionalidade e na justiça territorial oferecem caminhos para respostas mais justas, eficazes e enraizadas nas realidades locais. Reconhecer essas mulheres como agentes de transformação é um passo fundamental para fortalecer a resiliência climática na área estudada.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

COUTO, Gabriela de Azevedo. **Climate related disasters in Brazil through a gender lens: Sobrevidas@ and female voices**. São José dos Campos: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, INPE, 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBELE, Sisay E. *et al.* Nature-based solutions for hydro-meteorological hazards: Revised concepts, classification schemes and databases. **Environmental Research**, v. 179, p. 108799, 1 dez. 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. 1º ed. [S.l.]: Editora Boitempo, 2021.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

10

GALBIATI, Lígia Amoroso. **GÊNERO NA GOVERNANÇA CLIMÁTICA: um olhar sobre o projeto “Pira no Clima”**. In: **A Emergência Climática: governança multinível e multiatores no contexto brasileiro**. Curitiba: CRV, 2023. p. 43–70.

GONÇALVES, N. de M. *et al.* Floods and socioenvironmental vulnerability in the municipality of Atibaia, SP – Brazil. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 9, n. 4, p. 100–124, dez. 2015.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IWAMA, Allan Yu *et al.* RISK, VULNERABILITY AND ADAPTATION TO CLIMATE CHANGE: AN INTERDISCIPLINARY APPROACH. **Ambiente & Sociedade**, v. 19, p. 93–116, jun. 2016.

LIMA, Antônia Pedrosa de. O cuidado como elemento de sustentabilidade em situações de crise. Portugal entre o Estado providência e as relações interpessoais. **Cadernos Pagu**, p. 79–105, abr. 2016.

LOUBACK, Andréia Coutinho; LIMA, Letícia Maria R. T. (ORGS.). **Quem precisa de justiça climática no Brasil?** GT de Gênero e Justiça Climática. Observatório do Clima: Hivos, 2022.

MATSUO, Patricia M. **Muito além da chuva: práticas educativas na era dos desastres**. Coimbra: RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, 2023.

NGU, Nguyen Huu *et al.* Unveiling urban households’ livelihood vulnerability to climate change: An intersectional analysis of Hue City, Vietnam. **Environmental and Sustainability Indicators**, v. 19, p. 100269, 1 set. 2023.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. v. 20, n. 2, p. 71–99, dez. 1995.

SVAMPA, Maristella. Feminismos ecoterritoriales en América Latina. Entre la violencia patriarcal y extractivista y la interconexión con la naturaleza. **Fundación Carolina**, v. 59, 2021.

UDO, Fidelis; NAIDU, Maheshvari. Exploring Black African women’s experiences of vulnerability and adaptation to flood impacts in the eThekweni metropolitan municipality, KwaZulu-Natal, South Africa. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 93, p. 103798, 1 jul. 2023.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

